

STJ00098732

FERNANDA REGINA VILARES

PROCESSO PENAL

“RESERVA DE JURISDIÇÃO E CPIs”

1ª EDIÇÃO

SÃO PAULO

2012



ÔNIXJUR

Publicações Jurídicas

Copyright © 2012 by Ônix Editorial e Comunicações Ltda.

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor, de acordo com a Lei nº 9.610, de 19.02.1998 – DOU 20.02.1998.

Editor: *Francisco Martins*

Revisão: *Linotec*

Capa: Rima Comunicações

Editoração eletrônica: *Linotec*

Gráfica: Prol Gráfica

Dados internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

V697p Vilares, Fernanda Regina
Processo penal: reserva de jurisdição e CPIs/Fernanda Regina Vilares. -
São Paulo: Ônix Jur, 2012,

ISBN 978-85-64261-05-1

1. Brasil - Código de processo penal (1941). 2. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - Poderes e atribuições - Brasil. 3. Ordenamento jurídico - Brasil. 4. Processo penal - Brasil. 5. Reserva (Direito). 6. Função jurisdicional. I. Título

CDD 341.5517

1ª edição – 2012



Rua Carlos Weber, 260
Vila Leopoldina – SP – CEP 05303-000
www.onixjur.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Apresentação	13
Introdução	17
CAPÍTULO 1 – Da Organização do Estado Democrático de Direito .	21
1. Considerações iniciais sobre poder, estado e direito ...	22
2. Histórico	26
3. Os pressupostos do estado de direito na teoria de Canotilho	31
4. Caracterização do Estado Democrático de Direito no brasil	34
4.1. Submissão à lei	38
4.2. Respeito à dignidade da pessoa humana	41
4.3. Poderes harmônicos e independentes entre si	43
5. Das funções essenciais ao estado e sua divisão	45
5.1. Da evolução da teoria da separação dos poderes ..	45
5.2. Conteúdo das funções	48
5.2.1. Função administrativa	51

5.2.2. Função legislativa e de controle específico ..	53
5.2.3. Função jurisdicional	54
5.3. Conjuntura atual: interpenetração de poderes e exercício de funções típicas e atípicas	59
CAPÍTULO 2 – Reserva de Jurisdição	65
1. Reserva relativa e absoluta	67
1.1. Definição do conteúdo dos níveis de reserva	71
1.2. Hipóteses de aplicação da reserva absoluta	73
2. Fatores justificantes da cláusula de reserva de jurisdição	75
2.1. A essência da função jurisdicional e seus atributos – independência, imparcialidade e isenção	75
2.1.1. Legitimidade do Poder Judiciário	79
2.1.2. Independência objetiva e subjetiva (imparcialidade e isenção)	81
2.1.3. Garantias e incompatibilidades	84
2.1.4. Breves conclusões	87
2.2. A natureza dos direitos fundamentais e a indispensabilidade de uma decisão judicial para solucionar os conflitos entre eles	88
2.2.1. Conteúdo essencial dos direitos fundamentais e o suporte fático da norma	89
2.2.2. Conflitos entre normas e suas soluções ...	95
2.2.3. O postulado da proporcionalidade	101
2.2.4. Conclusões parciais	108
2.3. O devido processo legal e a imperiosidade da manifestação judicial	109

3. Critérios para eleger os casos de reserva de jurisdição absoluta implícita	114
CAPÍTULO 3 – A Reserva de Jurisdição no Processo Penal	119
1. Processo penal: finalidades e a busca da verdade	119
1.1. Escopos do Processo Penal	119
1.2. A verdade processualmente possível	123
2. Medidas restritivas de direitos fundamentais utilizadas na instrução processual e submetidas à reserva de jurisdição	133
2.1. Condução coercitiva de testemunha	138
2.2. Busca e apreensão	140
2.3. Interceptação e gravações telefônicas	145
2.4. Quebra de sigilo de outros dados	150
2.5. Quebra de sigilo financeiro	155
2.6. Outras medidas restritivas de direitos fundamentais	162
CAPÍTULO 4 – Comissões Parlamentares de Inquérito	165
1. O poder legislativo e a função de controle	166
2. Comissões Parlamentares de Inquérito – Conceito e essência	168
3. Pressupostos	171
3.1. Requerimento qualificado	171
3.2. Fato determinado	172
3.3. Prazo certo	175
3.4. Competência	176
3.5. Correlação entre objeto e investigação	177

4.	Paralelismo com o Processo Penal	178
5.	Poderes investigatórios	180
6.	Limites da atuação	182
7.	Possíveis resultados	185
CAPÍTULO 5 – Reflexos da Reserva de Jurisdição no Inquérito Parlamentar		187
1.	A investigação realizada no âmbito do inquérito parlamentar	188
1.1.	Investigações preliminares.....	189
1.2.	A natureza dos atos praticados na investigação preliminar	193
1.3.	Atos praticados no âmbito do inquérito parlamentar	198
2.	Comparação dos atributos essenciais aos executores da função jurisdicional com as características dos parlamentares	200
3.	Significado da expressão “poderes de investigação próprios de autoridades judiciais”	207
4.	Aplicação da cláusula de reserva de jurisdição no inquérito parlamentar	219
5.	Atos que podem ser praticados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito	224
6.	O desrespeito à cláusula de reserva de jurisdição no inquérito parlamentar – Consequências e remédios ...	226
Conclusão		229
Bibliografia		235